

Economia Brasil Governo discute opções ousadas

por Celso Pinto
de São Paulo

Brasília começa a namorar soluções mais duras e menos convencionais para os problemas da dívida externa e da inflação. Por enquanto não há uma decisão firmada nem consensual. O que existe é certa paciência, que cresce em alguns importantes gabinetes econômicos, diante das perspectivas oferecidas pelo atual plano de voo.

Não que exista um risco insuperável na rota traçada. É remotíssima a possibilidade de um acordo com o FMI e os bancos credores, mas, como são boas as perspectivas do setor externo, é possível imaginar o País sobrevivendo sem estes acordos formais. Da mesma forma, com o programa de ajuste que está sendo montado e um pouco de sorte, é viável manter a inflação, em 1986, razoavelmente estável.

O problema é exatamente este. A melhor perspectiva oferecida pela trajetória atual é deixar, no próximo ano, as coisas mais ou menos da forma como estão nessas duas áreas cruciais da economia.

Não é difícil entender por quê. O Brasil não consegue fechar um acordo com os credores porque não consegue domar sua inflação. E não consegue domar a inflação, em boa medida, porque não consegue fechar um acordo vantajoso com os credores. Se não houver surpresas desagradáveis, parece possível conviver com este círculo vicioso sem mergulhar a economia no caos. Não parece haver, contudo, alternativa indolor para rompê-lo.

A análise que esta equipe de governo faz do processo inflacionário e, principalmente, da origem dos desajustes do setor público deixa claro que, se fosse possível contar com um razoável desafogo no pagamento da dívida, também seria razoável esperar progressos consideráveis na luta contra a inflação. Este seria o caminho menos doloroso.

Ao mesmo tempo, é cada vez mais forte e generalizada na área econômica do governo a convicção de que para romper a inércia inflacionária é preciso pensar num rompimento brusco com a indexação. Ou por sua eliminação ou, como defendem desde o ano passado dois economistas hoje no governo (Pérsio Arida, da Sepian, e André Lara Resende, do BC), através da indexação plena. Nas duas hipóteses seria preciso operar uma reforma monetária e

Quinta-feira, 14 de novembro de 1985 — GAZETA

• Nacional

POLÍTICA ECONÔMICA

Economia Brasil Governo discute opções ousadas

por Celso Pinto
de São Paulo

(Continuação da 1ª página)

estabelecer mecanismos na gestão de preços e salários.

Não há uma receita única a respeito. Alguns defendem a idéia de uma reforma monetária seguida de congelamento de preços e salários, como fez a Argentina. Outros supõem que no caso brasileiro, num contexto de crescimento econômico e com uma economia mais sofisticada, seria possível dispensar o congelamento, ainda que se mantivesse alguma vigilância sobre os preços. Todos admitem que seria preciso fazer um ajuste simultâneo buscando o equilíbrio fiscal do governo. Mais uma vez, ou através da elevação de preços públicos que recompucessem a receita, como fizeram os argentinos, ou por outra fórmula alternativa. Uma idéia original que circula: em lugar de subir os preços públicos, seria melhor baixar os outros.

O importante é que fica cada vez mais nítida a noção de que a inflação de 200% só se derruba com audácia. O sonho de ir derrubando gradativamente o patamar, em 20 ou 30 pontos por ano, graças a choques favoráveis, parece enterrado.

Uma inflação estável não é necessariamente ruim. O que atrapalha são as oscilações de preços. Mas a manutenção de um nível explosivo, como os 200%, tanto quanto a inexistência de acordos duradouros para a dívida são fatores que geram insegurança, desconforto e dificultam a retomada do investimento privado.

Quando se examinam possibilidades de decisões duras para a dívida e a inflação, a rigor, a ordem dos fatores não altera o resultado. Uma reforma monetária pode preceder alguma medida que imponha limites no pagamento da dívida (como capitalização por juros) ou vice-versa. Existem, contudo, dois fatores que interferem na escolha: os efeitos políticos e a precedência do calendário.

Em 1982, quando o Brasil quebrou, havia uma clara prioridade política estabelecida: como o objetivo era minimizar a real gravidade da situação, para colher dividendos políticos, era preciso fazer um acordo rápido com os credores, a qualquer custo. O resultado foi o desaparecimento, em três ou quatro meses, das reservas cambiais existentes.

Hoje, pode-se dizer que a prioridade é quase o inverso. O que é mortal, politicamente, é aceitar um acordo desvantajoso com os credores. Se houver um confronto, imposto por uma intransigência externa, certamente ele levaria a uma extraordinária coesão política interna, inclusive na área militar. Quando o presidente Sarney, em seu

último discurso à Nação, deplorou o processo de auditoria a que o País se submeteu, refletiu um sentimento existente entre políticos e na opinião pública, ao mesmo tempo que traçou um limite estreitíssimo para qualquer acerto futuro.

A precedência do acerto externo no calendário, de outro lado, cria uma certa urgência de definições. Não importa o que se pretenda fazer, o Brasil vai discutir seu programa de 1986 com o FMI em dezembro e rediscutir o acordo provisório com os bancos em janeiro.

Se optasse por endurecer o jogo externo, impondo, por exemplo, limites no pagamento externo de juros, o governo teria um provável ganho político que ajudaria a montagem da própria reforma monetária interna. Há riscos, é claro, mas os prováveis US\$ 9 bilhões que existirão em caixa no início de 1986 dão uma certa margem de manobra.

Há quem sugira o inverso. Se o Brasil aceitasse mergulhar numa reforma monetária, de contorno parecido com a da Argentina, além de provavelmente conseguir domar os preços, abriria as portas para um acordo vantajoso com os credores externos. Sobram evidências neste sentido.

Na última reunião anual do FMI em Seul, em outubro, o diretor-gerente do Fundo, Jacques de Larosière, deixou clara sua aprovação ao modelo argentino. Larosière, com isto, apenas refletiu uma posição que é dominante entre os países-membros do "board" do FMI e é endossada pelos bancos.

Existiria um certo contrangimento político. Não se sabe a extensão do apoio com que contaria o governo, neste caso, para impor a reforma. A Argentina atravessava uma inflação de 1.000% e contava com um presidente carismático e maciamente popular quando optou pela reforma monetária.

Grosso modo, pode-se dizer que, na área econômica em Brasília, existem os que receiam mudanças de regras e preferem manter o ajuste gradual, os que gostariam de uma solução extrema para a inflação associada a um acordo convencional com os credores, e os que prefeririam virar a mesa na questão da dívida e, a partir daí, acertar a economia interna. E cedo para dizer quem prevalecerá, até porque não há clareza sobre a eventual disposição do presidente Sarney em bancar saídas não convencionais.

Dois fatos, de todo modo, devem ser registrados: a existência desta discussão em Brasília e a dureza do presidente em relação aos problemas da dívida em seu último pronunciamento. O tom e o conteúdo surpreenderam até mesmo auxiliares de Sarney.